

Introdução: língua e sociedade partidas

No mês de maio de 2011, uma nota divulgada inicialmente em um portal da internet sobre a distribuição de um livro de Português pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), para o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), se espalhou como um rastilho de pólvora pelos principais meios de comunicação do país, desencadeando um intenso debate sobre a língua portuguesa e seu ensino, em dimensões até então inéditas. Em sua extensão e contundência, a polêmica superou os debates anteriores, sobre o projeto de lei do deputado Aldo Rebelo em “defesa da língua nacional”,¹ e do Acordo Ortográfico de 1990, implementado para unificar o sistema ortográfico dos países de língua oficial portuguesa.²

Foi um raro momento em que a realidade da língua ocupou o centro do debate nacional de forma bem diferente da que costuma ser vista nos meios de comunicação de massa. Embora ocupe um nicho em jornais, revistas e até em programas televisivos, esse espaço é preenchido por seções normativas, que apresentam uma imagem idealizada do idioma, buscando sempre depurar a língua das deformações geradas pelo uso. Tal situação reflete a visão hegemônica na sociedade, segundo a qual a língua é um sistema homogêneo e unitário, desenvolvido pelos melhores escritores nacionais e fixado pelos gramáticos, para ser seguido e usado por todos aqueles que desejem falar e escrever bem. Portanto, saber falar uma língua é conhecer esse sistema e empregá-lo corretamente, pois qualquer desvio é visto como deturpação, índice de ignorância e prejuízo à eficácia e à clareza da comunicação. Cabe à escola zelar pela transmissão desse sistema canônico, corrigindo as deformações que os alunos trazem de sua fala cotidiana.

Tal situação explica a violenta reação que o chamado “livro de Português do MEC” despertou. A celeuma foi motivada por uma passagem do livro que dizia que o aluno poderia falar “os livro”, sem aplicar a regra de concordância nominal, como

é comum na fala popular brasileira; mas que ele deveria ficar “atento”, porque, “dependendo da situação”, poderia “ser vítima de preconceito linguístico”. A frase “nós pega o peixe”, também referida no livro como legítima em seu ambiente cultural de origem, foi propagada à exaustão, reforçando o estigma social que se abate sobre a falta de concordância verbal na fala popular. Para os críticos, a distribuição de tal livro demonstrava que o MEC estava fazendo apologia da ignorância popular e privando a população de seu direito legítimo a um ensino adequado de Língua Portuguesa, dando azo às reações mais furibundas e esdrúxulas.³ Esse pensamento alimentou, durante semanas, uma onda de revolta e indignação, na qual os responsáveis pelo livro foram, inclusive, chamados de criminosos, e uma procuradora da República anunciou sua intenção de processá-los criminalmente.⁴

De fato, foi impetrada uma ação civil pública para que o livro fosse recolhido pelo MEC. Deplorava-se o desperdício, ou malversação do dinheiro público, com a publicação e distribuição de um livro de Português que, em vez de cumprir sua função de melhorar a língua do aluno, se destinava claramente a fazer proselitismo político de natureza demagógica e populista, renegando, com base na falácia do *preconceito linguístico*, o uso culto da língua, que é o meio próprio das formas mais elevadas de expressão da cultura e da civilidade.

Porém, o Ministério Público Federal (MPF) da Procuradoria do Distrito Federal arquivaria a ação pouco tempo depois, não reconhecendo fundamento consistente que a justificasse, sem que isso despertasse maiores reações. Em trechos bem ilustrativos do pensamento que embasou a decisão do MPF, publicada no dia 22 de junho de 2011, seu autor, o procurador Peterson de Paula Pereira, escreveu que:

Transmitiu-se a ideia de que o indigitado livro pudesse ensinar a língua portuguesa de modo errado aos estudantes, quando, na verdade, o Ministério da Educação propôs à sociedade a introdução e reflexão acerca da linguística.

Na verdade o livro propôs o início de reflexões, já no ensino fundamental e médio, da linguística, que se apresenta como ciência que se preocupa com o conhecimento da realidade da língua, a reconhecer as diferenças da língua falada como parte integrante de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social, como preceitua o preâmbulo da Constituição Federal.⁵

A onda de revolta já havia passado, seus fundamentos se revelaram frágeis,⁶ e suas motivações, escusas. Mas a compreensão do episódio mobiliza vários planos que se superpõem e se interpenetram no sistema de relações sociais, onde se tecem e se desfazem lentamente os estereótipos do imaginário coletivo, revelando a extensão e a complexidade das relações que unem língua e sociedade.

O principal argumento dos críticos do livro do MEC era o de que o tratamento da variação linguística em sala de aula entrava em contradição com a principal função social da escola em relação à língua: ensinar a forma de língua requerida nas situações de comunicação formal, sobretudo na escrita, a chamada *norma culta*. Porém, bastava a leitura das três páginas iniciais do livro para ver que, longe de “ensinar errado”, o livro defendia textualmente o ensino da norma culta na escola e era, ele próprio, com seus exercícios de pontuação, concordância, ortografia etc., um instrumento adequado desse ensino.⁷

O episódio revelou também um grande descompasso entre a política governamental de ensino de Língua Portuguesa e as expectativas da sociedade. Ao contrário do que se noticiou na época, a inclusão de um capítulo referente à variação linguística nos livros didáticos de Língua Portuguesa não era uma orientação do MEC adotada na administração petista, mas uma política adotada quando o país era governado pelo PSDB, em 1997. E, antes de chegar à esfera federal, uma visão mais realista e pluralista de língua já havia sido adotada por secretarias estaduais de educação, como as do estado de São Paulo, também governado pelo PSDB.

Esse avanço na forma de conceber o ensino de Língua Portuguesa é um reflexo das mudanças ocorridas nas universidades públicas brasileiras, com a introdução da Linguística como disciplina nos cursos de Letras do Brasil, na década de 1960, substituindo a antiga visão normativa (voltada para o objetivo maior de fixar a forma correta da língua) pelo conhecimento científico da linguagem humana. A nova visão desenvolvida nas universidades foi progressivamente ocupando posições nas agências governamentais de ensino e alterando as antigas orientações de caráter eminentemente normativo. Uma das formulações mais expressivas dessa nova visão consta dos documentos intitulados *Parâmetros Curriculares Nacionais*, publicados pelo MEC nos anos de 1997 e 1998,⁸ os famosos PCNs. Na página 21 dos PCNs destinados ao ensino de Língua Portuguesa, pode-se ler que:

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico.

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido.

Trata-se de princípios razoavelmente claros, racionais e lógicos. Não é preciso muita capacidade de reflexão para compreender que “falar é diferente de escrever”. Também não é uma ideia muito complexa a de que qualquer língua humana viva admite formas diferentes de dizer a mesma coisa, o que a ciência da linguagem denomina *variação linguística*. A aceitação da diversidade linguística, recomendada pelos PCNs e adotada pelo livro *Por uma vida melhor*, não entra em contradição com a necessidade da aquisição de uma norma padrão para melhor inserção do indivíduo em uma sociedade dominada pelo letramento. Como enfatizado no texto dos PCNs, o reconhecimento da diversidade linguística, longe de ser prejudicial, é uma condição *sine qua non* para uma escola democrática e inclusiva, que amplia o conhecimento do aluno sem menosprezar sua bagagem cultural.

No fim das contas, o que se estava dizendo e praticando era o princípio pedagógico de que, para ensinar a norma culta, não é preciso negar a identidade cultural do aluno e discriminar aqueles que fazem parte de seu universo cultural, como seus pais e avós. Ou seja, os princípios adotados no livro, longe de serem exóticos e demasiadamente inacessíveis, eram bastante razoáveis e bem adequados ao espírito de tolerância e respeito à diferença que é tão preconizado na contemporaneidade (Lucchesi, 2011a, 2011b). Mas por que esses mesmos princípios não chegam à língua? Por que a diferença no plano da língua é sempre vista como patológica, degenerativa e promotora do caos?

Diante disso, somos levados a pensar que apenas as distorções promovidas pela açodada cobertura da imprensa não podem explicar sozinhas as proporções da reação ao livro. Chama muito a atenção a postura de intelectuais e políticos progressistas que se alinharam automaticamente à posição hegemônica de condenação do livro. Para entender por que fatos tão evidentes foram ignorados e raciocínios tão claros se tornaram tão obscuros, é preciso avançar na compreensão da posição *sui generis* que a língua ocupa nas sociedades modernas.

Apesar de a língua mediar praticamente todas as relações que os indivíduos mantêm na vida social, a grande maioria das pessoas exibe uma espantosa ignorância

em relação ao que é de fato a linguagem humana. O processo de aquisição e uso da língua materna, na oralidade, se dá de forma tão natural que as pessoas não conseguem se dar conta de sua imensa complexidade nem perceber o fascinante sistema mental que usam para transformar pensamentos em frases. Como as pessoas falam sem se dar conta da complexidade estrutural subjacente à produção dos enunciados, menosprezam o conhecimento mobilizado na atividade linguística cotidiana. Isso explica por que só o conhecimento de certas formas especiais de uso da língua (normalmente ligadas à tradição escrita) é valorizado socialmente e por que tantos mitos e dogmas, sem qualquer fundamento científico, plasmam a visão que a sociedade tem da língua.

Os mitos sobre a língua e suas raízes históricas

Um dos mitos mais recorrentes que rondam a língua diz respeito a um suposto processo de inexorável deterioração, que está sempre suscitando previsões alarmistas sobre o risco de um iminente colapso. Em um livro de divulgação científica, o linguista Guy Deutscher (2005, pp. 73-7) faz uma ilustrativa compilação histórica de depoimentos sobre o tema. Em relação à língua inglesa, os críticos do lamentável estado em que se encontra a língua de Shakespeare na atualidade falam de seu rápido declínio, em “apenas duas gerações”. Entretanto, o famoso escritor George Orwell, em 1942, já se queixava do mau caminho que a língua seguia, comparado com o das gerações anteriores. Só que, quase cem anos antes, em 1848, o linguista August Schleicher via a língua inglesa como “rasa”, o que revelava “como a língua de uma nação histórica e literariamente importante podia afundar rapidamente”. Porém, em 1780, irritava o respeitado ator Thomas Sheridan o fato do declínio da língua inglesa ser tão recente; pois, apenas setenta anos antes, no reinado da rainha Anne (1702-1714), o inglês provavelmente fosse falado “em seu estado de maior perfeição”. Contudo, foi exatamente durante o reinado da rainha Anne que Jonathan Swift elaborou sua famosa *Proposal for Correcting, Improving and Ascertaining the English Tongue* (“Proposta para corrigir, melhorar e determinar a língua inglesa”), que se inicia com a seguinte advertência: “Eu, aqui, em nome de todas as pessoas educadas e instruídas da nação, me queixo [...] de que nossa língua é extremamente imperfeita; de que suas melhorias diárias não são de modo algum proporcionais a suas corrupções diárias [...]”. Ou seja, ao longo de vários séculos, os principais usuários da língua inglesa repetiram a mesma ladainha: a língua está decaindo e perdendo as virtudes que exibia há algum tempo, em sua época *de ouro*.

E Guy Deutscher prossegue demonstrando que esse temor não aflige apenas os falantes da língua inglesa. Os alemães estão sempre nostálgicos do estado de

perfeição da língua de Goethe e Schiller, apesar de um contemporâneo de Goethe, o linguista Jacob Grimm (famoso por seu trabalho com contos populares), ter afirmado em 1819 que “há seiscentos anos, todo humilde camponês sabia – ou seja, praticava diariamente – perfeições e sutilezas da língua alemã, com as quais os melhores professores de língua de hoje em dia não podem sequer sonhar”. E a preocupação dos franceses com a decadência de sua língua já é proverbial. O mesmo podendo-se dizer de portugueses em relação ao triste fado do idioma de Camões, pairando sempre sobre essas línguas românicas o complexo de ter evoluído da língua da plebe rude do Império Romano, sempre à sombra do grande latim literário de Cícero. No entanto, o próprio Cícero se lamentava do declínio do latim em sua época!

A questão que Deutscher coloca, então, é incontornável: o que faz com “que pessoas tão inteligentes acreditem em algo tão gritantemente irracional”? Por que mentes tão brilhantes não atentam para os princípios mais elementares do raciocínio lógico quando se trata da língua? Por que ignoram tão solenemente a ausência de qualquer evidência empírica que justifique essa generalizada teoria sobre a tendência inexorável das línguas de cultura para o declínio, para além de seus próprios juízos de valor, subjetivos? Mais do que isso, tratam como novas e terríveis ameaças processos recorrentes no passado da língua, que em nada comprometeram seu funcionamento. Os puristas na atualidade, por exemplo, ficam horrorizados com a linguagem desleixada da internet, impregnada de abreviaturas. Pois as abreviaturas abundavam nas inscrições romanas e nos manuscritos medievais, sem comprometer o funcionamento dos romances e vernáculos em seu devir histórico.

Só a compreensão científica da profunda e inextricável relação entre a língua e o funcionamento da mente humana, por um lado, e da constituição histórica da língua e da evolução da sociedade, por outro, pode dissipar as ilusões de ótica que fundamentam tais juízos dogmáticos, irracionalistas e ilógicos que plasmam a visão da língua nas sociedades modernas. Mas é essa situação *sui generis* da língua no universo da cultura humana que obsta, em primeiro lugar, qualquer avanço do conhecimento científico sobre o tema, ao contrário do que se vê em outras áreas das ciências humanas, para não falar das ciências da natureza, cuja hegemonia na construção da visão de mundo tem se consolidado, de maneira irreversível, nos últimos séculos. Na contramão da história, proliferam mitos e preconceitos em relação à língua.

Outro mito recorrente é a identificação entre complexidade gramatical e grau de civilização de um povo. As declinações nominais do grego e do latim clássicos são tidas como índices de uma cultura superior, e a perda dessas declinações na passagem do latim às línguas românicas não passaria de um empobrecimento, decorrente da decadência da cultura latina. Já o alemão, com suas declinações e possibilidades de

composição, é considerado a língua mais apropriada ao pensamento filosófico e à expressão de uma cultura e uma sociedade que atingiram o apogeu das formas de civilização. Contudo, muitas línguas indígenas brasileiras exibem uma morfologia muito mais complexa, inclusive marcando certas categorias gramaticais, como a *evidencialidade* (que informa a fonte de informação do evento verbalizado), ausente na gramática das línguas europeias. E muitas línguas africanas, em sua maioria ágrafas, exibem um sistema morfológico de classificação nominal extremamente complexo. Se o grego clássico tinha três valores para a categoria de número (singular, dual e plural), algumas línguas da Melanésia, faladas por comunidades tribais, têm até cinco valores morfológicos, que são marcados igualmente nos pronomes, fazendo com que essas línguas consideradas “primitivas” possuam mais de cem formas pronominais, contra algumas poucas dezenas das principais línguas europeias, que têm mais de mil anos de tradição escrita. Ou seja, a complexidade gramatical não tem qualquer relação com o grau de civilização nem se pode pensar que implica maior poder de expressão da língua, pois o que não é dito gramaticalmente pode ser dito lexicalmente (Siegel, 2008). Em português, por exemplo, não há um morfema de dual, mas se pode empregar o numeral e dizer “dois meninos”, o que dá no mesmo.

Outro grande mito é o da ameaça à unidade linguística: se não houver uma rígida uniformização, a unidade da língua se perde; se o caos da variação linguística não for controlado, a comunicação verbal ficará irremediavelmente comprometida. Contudo, o que garante a unidade da língua é a interação entre os seus usuários, não sendo necessária a imposição de uma norma linguística de cima para baixo.⁹ Além disso, a heterogeneidade da língua é o que garante a sua funcionalidade em uma comunidade socialmente estratificada e culturalmente diversa. É a flexibilidade conferida pela variação linguística que permite a uma mesma língua funcionar tanto nas feiras livres quanto nas sessões dos tribunais de justiça. Se fosse um código monolítico e inflexível, como sugerem os puristas, a língua não poderia funcionar em ambientes culturais tão diversos, o que levaria fatalmente à sua divisão e fragmentação.¹⁰

Impressiona o nível de ignorância em relação à língua que se observa em pleno século XXI, sobretudo entre pessoas que são bastante esclarecidas em outras áreas do conhecimento. Qualquer pessoa bem informada já ouviu falar em Freud ou Lévi-Strauss, tem alguma ideia sobre o que seja o complexo de Édipo ou o tabu do incesto e não ousa falar em raças superiores e inferiores ou que um criminoso possa ser reconhecido pelo formato do seu crânio (como preconizava o psiquiatra e criminologista italiano Cesare Lombroso, no século XIX), mas fala com naturalidade de línguas simples e complexas e se refere a formas linguísticas correntes como “aberrações”. Aliás, a visão de que a

forma superior da língua é a dos escritores clássicos tem sua origem na época em que Ptolomeu afirmava que a Terra era o centro do Universo e, em torno dela, giravam o Sol, os planetas e as estrelas. Ou seja, a revolução de Copérnico não chegou ainda à língua. Um exame aprofundado da questão revelará que as motivações históricas para tanto preconceito e mitificação decorrem exatamente do papel político crucial que a língua desempenha nas sociedades de classe.

Ao longo dos tempos, a língua tem sido um poderoso instrumento de dominação e construção da hegemonia ideológica que legitima o poder das classes dominantes.¹¹ A violenta clivagem social da Roma imperial encontrava no cultivo da retórica e das refinadas circunvoluções literárias do latim dos patrícios, em oposição ao estigma social que se abatia sobre a linguagem rude e tosca dos plebeus, uma de suas mais poderosas representações simbólicas. O onipresente poder da Igreja ao longo de toda a Idade Média fundava-se na conservação de uma língua artificial, o latim eclesiástico, fundado na tradição escrita, com o qual os sacerdotes dominavam o coração e as almas de seus rebanhos, que só conseguiam se entender na língua vulgar. A formação dos modernos Estados nacionais encontrou na uniformização e homogeneização linguística um de seus mais importantes pilares, sobretudo em regimes autoritários e absolutistas, como os da França, mesmo que ao custo da atrofia e da extinção de um dos mais ricos idiomas da cultura trovadoresca, o provençal. Na expansão colonial europeia, a sujeição e exploração de povos e civilizações se transformaram em missão divina de propagação da fé e conversão do gentio; e a imposição da língua do colonizador era indispensável nesse processo de dominação física e espiritual, como traduzido na conhecida fórmula do gramático espanhol Nebrija: “Língua, companheira do Império”.¹²

O estigma sobre as variedades de língua das populações pobres, excluídas do universo superior do letramento, atua de forma decisiva na construção de uma cosmovisão estratificada e rigidamente hierarquizada, naturalizando as relações de dominação política e de exploração econômica. Dessa forma, os fatores sociais atuam como um importante mecanismo de reforço e sedimentação dos mitos, estereótipos, dogmas e preconceitos que plasmam a visão hegemônica de língua na sociedade. E nem mesmo o advento, nas últimas décadas, da nova era da informação, produzida pela terceira revolução industrial, alterou esse estado de coisas.

Assim, programas televisivos da atualidade, que contam com os mais avançados recursos tecnológicos e um volume de informação on-line potencialmente infinito, continuam a reproduzir os mais variados disparates sobre a realidade da língua. E foi em um dos muitos programas televisivos que debateram o polêmico livro do MEC, em 2011, que um conhecido jornalista inquiriu uma “especialista”, nestes termos: “Professora, como a escola pode ensinar ao aluno o raciocínio lógico se não ensina a concordância verbal, deixando ele falar ‘nós pega o peixe’?”.

Provavelmente, esse jornalista tem um déficit em sua formação em relação ao raciocínio lógico, mas isso não se deve à falta de aulas de concordância verbal. Se fosse capaz de desenvolver um raciocínio lógico sobre a questão, poderia reunir rapidamente fatos que demonstram que não há qualquer relação relevante entre raciocínio lógico e concordância verbal. O raciocínio lógico é a base do conhecimento científico, entre outras formas de saber formal, como a Filosofia. E, na atualidade, a grande maioria dos artigos científicos é escrita em inglês, uma língua praticamente desprovida de concordância nominal e verbal. Isso é prova mais do que evidente de que o pensamento formal sistemático pode ser vazado, tanto em uma língua de concordância explícita (como o alemão) quanto em uma língua sem concordância verbal explícita (como o inglês). Chega-se rapidamente a essa conclusão aplicando-se o raciocínio lógico, que prevê a verificação de hipóteses gerais por meio da observação controlada de fatos particulares, e não com base em afirmações apriorísticas, baseadas apenas nas falsas impressões dos estereótipos do *senso comum*, como fez o nosso limitado jornalista.

Teoricamente, pode-se explicar que a concordância não é um requisito para o raciocínio lógico porque as regras de concordância são mecanismos gramaticais que não interferem na transmissão da informação. É indiferente dizer “nós pegamos os peixes” ou “nós pega os peixe”, a informação veiculada é a mesma. Em função disso, esses mecanismos gramaticais costumam ser muito afetados em determinados processos históricos de mudança linguística, como aqueles por que passaram o inglês, o português no Brasil, e o francês, que, mesmo com a erosão, na oralidade, de suas marcas de concordância, não deixou de se tornar a língua de cultura do mundo ocidental no século XIX.

O preconceito linguístico e o *apartheid* social brasileiro

A comparação entre diferentes línguas pode ser igualmente esclarecedora sobre outro tema que esteve no centro dos debates em torno do livro de Português do MEC: *o preconceito linguístico*. Em inglês, se diz “*I work, you work, he works, we work, you work, they work*”. Na linguagem popular do Brasil, se diz “eu trabalho, tu trabalha, ele trabalha, nós trabalha, vocês trabalha, eles trabalha”. Nas duas variedades linguísticas, só uma pessoa do discurso recebe marca específica (no inglês é a 3ª pessoa do singular – “*he works*” –, no português popular brasileiro é a 1ª pessoa do singular – “eu trabalho”), ou seja, ambas têm o mesmo nível de complexidade estrutural, mas o inglês é a língua da globalização e da modernidade, ao passo que o português popular do Brasil é língua de gente ignorante, que não sabe votar.

Fica evidente que o valor das formas linguísticas não é intrínseco a elas, mas o resultado da avaliação social impingida aos seus usuários. E até o argumento de que a falta de concordância seria uma característica inerente à língua inglesa (talvez por conta de sua “objetividade”), enquanto na fala popular brasileira seria o resultado de um processo recente degeneração, é falso. A língua inglesa também exibiu marcas de concordância verbal, até pelo menos o século XVII, quando se conjugava “*I hear, thou hearest, he heareth*”; enquanto hoje se diz “*I hear, you hear, he hears*” (“eu ouço, você ouve, ele ouve”). Portanto, o inglês passou pelo mesmo processo de “deterioração” que afetou o português brasileiro sem comprometer sua condição de língua mais valorizada no mundo, à qual os empresários brasileiros recorrem para afetar alguma sofisticação.

Não obstante o julgamento negativo da falta de concordância na fala dos iletrados no Brasil seja, evidentemente, uma manifestação de preconceito, vários pensadores, inclusive “filósofos”, buscaram “demonstrar” nos debates sobre o livro do MEC a “falácia do preconceito linguístico”. Para esses “pensadores”, o conceito não passava de um expediente retórico do discurso demagógico e populista para negar a superioridade da alta cultura e valorizar indevidamente a ignorância popular, sendo mais uma nefasta criação do “relativismo linguístico”. Alguns mais ignorantes e sectários chegaram a atribuir o conceito a uma criação do linguista Marcos Bagno, que havia publicado um opúsculo sobre o tema (1999), ignorando olímpicamente uma vasta bibliografia já produzida sobre o assunto, particularmente no mundo acadêmico anglo-saxão.

Numa perspectiva lexicográfica, o termo *preconceito* se define como julgamento carente de “fundamento crítico”, “formado *a priori*”, ou seja, sem a devida observação (Houaiss, 2001: 2.282).¹³ Nessa perspectiva, pode-se refinar a análise, introduzindo a noção de *transferência* – no julgamento preconceituoso, avalia-se uma coisa com base em outra. No caso do preconceito linguístico, a avaliação negativa da linguagem popular decorre da avaliação negativa de seus falantes. Engendra-se aí uma dialética perversa, em que a avaliação negativa da linguagem popular, baseada no julgamento negativo de seus falantes, serve para legitimar o próprio julgamento social negativo desses falantes, do qual se alimenta. Pode-se perceber, então, o quanto é importante para os “pensadores” a serviço do *status quo* negar o conceito de preconceito linguístico, mesmo que a custa de imposturas intelectuais tão evidentes.

Alcança-se, assim, o terreno das determinações mais profundas do emblemático episódio do livro de Português do MEC, “o livro que ensinava a falar a errado”, que é tomado aqui como mote para a apresentação do objeto central deste livro: a realidade sociolinguística do Brasil e suas determinações, tanto no plano da infraestrutura socioeconômica quanto no plano da superestrutura político-ideológica. Em

sua amplitude e intensidade, a polêmica em torno do livro *Por uma vida melhor* se tornou um momento único em que se desnudaram as relações que unem língua e sociedade no Brasil. E, se fosse possível definir essas relações em uma única fórmula, se poderia dizer que a língua no Brasil está profundamente partida, e essa partição nada mais é do que o resultado da violenta divisão que rasga a sociedade brasileira.

Um aspecto crucial da divisão linguística do Brasil revelado pela polêmica do livro é que essa divisão assenta menos nas diferenças entre o comportamento linguístico dos grupos sociais do que na forma como seus membros veem essas diferenças. Ou seja, são menos divergências na competência e na performance do que na representação simbólica da língua e na ideologia de suas representações sociais. Do ponto de vista estritamente linguístico, as diferenças que separam a *norma culta* da *norma popular* no Brasil não são de grande monta, não afetam aspectos centrais da estrutura gramatical e, salvo em situações excepcionais, não comprometem o entendimento entre utentes de uma e de outra. Mas essas poucas diferenças são mais do que suficientes para que se erga uma barreira social cruel e implacável, que discrimina e exclui aqueles que dizem “é *craro* que *nós quer* participar”. O que mais impressiona em todo o episódio é que uma boa parcela da população brasileira (a grande maioria dos seus usuários considerados “cultos”) repudia e nega qualquer foro de cidadania à fala popular. Não é preciso mais do que isso para desqualificar quem fala assim como interlocutor e lhe negar quaisquer direitos de cidadania.

Em um texto ainda inédito no qual se avalia a situação política do Brasil após a reeleição da presidente Dilma Rousseff, em novembro de 2014, o sociólogo português Boaventura de Souza Santos analisa a agressividade manifestada pelos grupos conservadores contra as políticas de distribuição de renda e os setores sociais beneficiados com ela. Boaventura Santos vê as raízes desse sentimento na mentalidade que se formou nas sociedades coloniais e escravistas.

Esse discurso não se explica apenas por razões de classe. Há fatores que são específicos de uma sociedade que foi gerada no colonialismo e na escravatura. São funcionais à dominação capitalista, mas operam por marcadores sociais, formas de subjetividade e de sociabilidade que pouco têm a ver com a ética do capitalista weberiano. Trata-se da linha abissal que divide o pobre do rico e que, por estar longe de ser apenas uma separação econômica, não pode ser superada por medidas econômicas compensatórias. Pode, ao contrário, ser acirrada por elas. Na ótica dos marcadores sociais colonialistas, o pobre é uma forma de sub-humanidade, uma forma degradada de ser que combina cinco formas de degradação: ser ignorante, ser inferior, ser atrasado, ser vernáculo ou folclórico, ser preguiçoso ou improdutivo. O sinal comum a todas elas é o pobre não ter a mesma cor que o rico. (Souza Santos, 2014: 6)

Pode-se acrescentar que o outro marcador que atua como uma segunda pele na discriminação do pobre como um ser sub-humano, na absurdamente desigual sociedade brasileira, é a sua “fala deteriorada”.

Revelam-se, assim, as verdadeiras razões para a violenta reação provocada pela publicação e distribuição maciça de um livro didático que reconhecia a legitimidade da fala popular e chamava a atenção para o preconceito linguístico que grassa na sociedade brasileira. Muito mais do que “fritar” um político e desgastar um governo democrático e popular, a elite reacionária do país se mobilizou para resguardar um dos mais poderosos instrumentos de sua dominação ideológica, que legitima todos os privilégios, e o fausto que extrai da superexploração do trabalho assalariado. A imagem de uma língua única e imutável, expressão maior das “formas superiores de civilização”, não pode ruir, sob pena de escorrerem com ela, definitivamente, pelo esgoto da história, a eugenia, os direitos de nascimento e todas as formas mais abjetas de racismo e de negação dos direitos de boa parte da população brasileira. A língua é ainda a grande cidadela ideológica da elite brasileira senhorial, racista e escravocrata, que deplora o “bolsa-esmola”¹⁴ e tem urticária ao cruzar com operários malcomportados e malvestidos nos saguões dos aeroportos.

Se a normatização linguística tem sido historicamente um poderoso instrumento ideológico de dominação de classe, a questão da língua, numa sociedade como a brasileira, não poderia deixar de assumir feições dramáticas. O Brasil ainda é um dos países mais desiguais do planeta. A superexploração do trabalho assalariado cava um imenso fosso que divide a sociedade entre uma elite que vive na pujança e acumula privilégios sem limites, enquanto, no extremo oposto da escala social, milhões vivem no abandono e na pobreza, sem acesso aos direitos sociais básicos e excluídos do espaço da cidadania. Essa absurda concentração de renda e privilégios acaba por corromper o Estado e deteriorar o conjunto das relações sociais, mergulhando o país na violência urbana e na criminalidade e gerando um sentimento generalizado de impunidade e descrença nas instituições. E essa divisão socioeconômica do país, que se projeta em todos os planos das relações sociais e representações simbólicas, não poderia deixar de se refletir na língua.

Se a divisão da língua espelha a situação atual do país, as raízes dessa clivagem linguística são, contudo, mais profundas e alcançam os primórdios da história nacional, relacionando-se diretamente ao processo social que esteve na base de todo o projeto colonial português na América: a escravidão. Durante quase quatro séculos, um terço da população do Brasil, formada por senhores europeus, implementou um projeto colonial baseado na escravização da população autóctone e de povos africanos. Essa violenta divisão original da sociedade brasileira deu ensejo a

um fosso linguístico entre a língua do colonizador e as centenas de línguas faladas por indígenas e africanos. A dominação física e a sujeição espiritual implicou a submissão linguística de indígenas aculturados e africanos escravizados, de modo que os descendentes destes últimos foram abandonando a língua de seus antepassados e adotando como materna a língua do colonizador, conquanto guardassem as marcas de sua aquisição imperfeita e nativização mestiça.

Uma sociedade não passa impunemente por mais de trezentos anos de escravidão, e seus efeitos ainda se fazem presentes nos dias de hoje. A maioria da população das favelas e das periferias das grandes cidades é composta de negros e pardos, bem como são esses que predominam na população carcerária e são as maiores vítimas da violência urbana e policial. Mas os efeitos mais profundos e sutis da escravidão situam-se no plano da cultura e das mentalidades. Ainda se fazem sentir os efeitos dos mecanismos simbólicos que o sistema escravista engendrou para se legitimar. A inferioridade intrínseca atribuída ao negro legitimava sua condição de escravo, bem como sua pressuposta má índole justificava os castigos e toda violência das punições que se aplicavam inclusive às crianças. A dialética da escravidão conjugava a violência física com a violência simbólica, gerando o racismo, que impregnou a sociedade brasileira e ainda se insinua e ressurgue onde mais passa despercebido.

Entretanto, desde meados do século xx, o Brasil assistiu a lutas e mobilizações que alteraram bastante o panorama do país. Para além das conquistas nos planos econômico e social, foram alcançados expressivos avanços nos planos político e ideológico. Hoje o racismo é tipificado como crime inafiançável pelo Código Penal. Políticas de ações afirmativas têm buscado a reparação histórica de setores tradicionalmente marginalizados, facilitando o acesso de indígenas e afrodescendentes ao ensino superior. Contudo, velhas concepções discriminatórias de origem racista ainda vicejam em um plano importante da cultura: a língua.

Ideologia e contraideologia no debate social sobre a língua

O enfrentamento da questão da língua no Brasil tem sido crítico desde a formação da nacionalidade. A independência política, em 1822, desencadeou uma série de manifestações e movimentos nativistas, que tinham no índio o grande símbolo da nacionalidade. Contudo, grandes escritores brasileiros, como José de Alencar, que abraçaram a temática indigenista e tentaram adequar a língua a essa nova realidade cultural foram alvo de virulentas críticas provenientes do purismo gramatical, por parte muitas vezes de escritores e críticos portugueses

radicados no Brasil. Mais uma vez, a língua se descolou dos demais aspectos da cultura; pois, se todos os elementos representativos da brasilidade deveriam ser valorizados em detrimento dos símbolos da velha ordem colonial, a linguagem brasileira passou a ser vista como imprópria e corrompida, devendo prevalecer o cânone coimbrão, da antiga metrópole colonial.

A vitória dos puristas na questão da língua no Brasil, ocorrida entre o final do século XIX e o início do século XX, expressa a essência do projeto elitista e excludente da classe dominante brasileira, expressão legítima de uma sociedade patriarcal e latifundiária, assentada no trabalho escravo. Pronunciamentos de escritores e intelectuais da época revelam que as motivações da adoção da língua da ex-metrópole como modelo de correção gramatical eram claramente racistas. Era preciso eliminar as corrupções que haviam se infiltrado na língua brasileira pela ação insidiosa de negros e mulatos. E essas alterações oriundas das classes populares eram rejeitadas até mesmo pelos defensores da língua brasileira (Faraco, 2008).

A adoção de um modelo adventício de correção gramatical criou uma norma de referência linguística artificial e estranha aos hábitos linguísticos mesmo dos brasileiros letrados, o que teve nefastas consequências até os dias de hoje, não apenas para o ensino de Língua Portuguesa, mas também para a autoestima do povo brasileiro. É generalizado o sentimento de insegurança linguística que aflige todos os brasileiros, mesmo os mais escolarizados. É comum ouvir afirmações do tipo “o português é uma língua difícil” ou “o brasileiro não sabe falar português”. E não poderia ser diferente, já que a tradição gramatical no Brasil exige que se escreva, ou até mesmo se fale, com a sintaxe portuguesa – o que é impraticável, porque a língua não parou de mudar, tanto em Portugal quanto no Brasil, em um processo que, por vezes, assumiu direções distintas, ou mesmo contrárias, em cada um dos lados do Atlântico.

Assim, a construção das representações ideológicas da língua no Brasil se insere em uma ampla tessitura que perpassa as relações de produção material e de reprodução simbólica, interagindo com estereótipos que estão na base da construção da nacionalidade. Numa sociedade patrimonialista de tradição bacharelesca, o modelo ideal de língua não poderia deixar de ser rebuscado e artificial, engendrando uma primeira contradição entre as formas linguísticas renovadas que melhor expressam a dinâmica da cultura brasileira urbana e contemporânea, mesmo em sua expressão escrita, por um lado, e as filigranas parnasianas que formam a quintessência do discurso gramatical, por outro. Tal contradição linguística reflete a convivência entre o enorme desenvolvimento das forças produtivas, que promovem a renovação da norma culta real (ou seja, a fala e a escrita de intelectuais, juristas, jornalistas, professores etc.), e a manutenção de relações

arcaicas de produção, que criam a demanda por uma norma gramatical purista e artificial. Porém, a principal contradição sociolinguística do Brasil é a que opõe as formas da elite letrada às marcas mais características da linguagem popular. Essa contradição não apenas reflete o *apartheid* social brasileiro, mas se coloca hoje como um poderoso instrumento ideológico de sua legitimação e reprodução.

Pode-se compreender, assim, o quanto é subversivo (ou seja, transformador) distribuir amplamente um livro didático que reconhece a diversidade linguística e a legitimidade da linguagem popular. Reconhecer o caráter de classe do preconceito linguístico é desnudar as relações de dominação e exploração que estão na base da desigualdade na sociedade brasileira. Assim, não interessa de forma alguma à ideologia dominante a difusão do conhecimento científico da língua. Foi muito sintomático a esse respeito o fato de que raramente um linguista fosse convidado nos inúmeros programas de televisão que se realizaram durante a polêmica do livro de Português do MEC. Os “especialistas” convocados para debater o episódio eram sempre escritores, pedagogos, gramáticos, filósofos e até poetas, que Platão expulsaria de sua República...

Mais significativa foi a clivagem que se quis estabelecer entre o estudo científico da língua e seu ensino nas escolas. O grande porta-voz dessa posição foi o mais prestigiado gramático em atividade no Brasil na atualidade, Evanildo Bechara, que expôs sua posição nos seguintes termos:

Há uma confusão entre o que se espera de um cientista e de um professor. O cientista estuda a realidade de um objeto para entendê-lo como ele é. Essa atitude não cabe em sala de aula. O indivíduo vai para a escola em busca de ascensão social.¹⁵

É impressionante que se receba com naturalidade a proposição de que “não cabe em sala de aula” fornecer elementos para o aluno “entender [a língua] como [ela] é”. É como dizer que o darwinismo não cabe em sala de aula, devendo o ensino da Biologia ser orientado pelos princípios do criacionismo. Acenando com a cenoura da “ascensão social”, Bechara mantém o domínio da tradição normativista sobre o ensino da língua vernácula. A visão científica da língua, que reconhece a variação e a diversidade linguística como propriedades essenciais a qualquer língua viva, deve ficar hermeticamente confinada entre os muros da universidade. Na escola e na sociedade, deve predominar a visão dogmática e discriminatória de que existe uma única forma de falar e escrever, enquanto as demais variedades devem ser vistas como deteriorações produzidas por mentes inferiores.

Nesse sentido, deve-se registrar uma perversa inversão que ocorre nesse plano. Quando os linguistas, baseados em suas pesquisas empíricas, proclamam,

por exemplo, que não há variedades linguísticas inferiores e superiores, pois toda variedade linguística possui organização estrutural e goza de plenitude funcional em seu universo cultural próprio, esse discurso é percebido na sociedade como um discurso ideológico – e, geralmente, associado a posições de esquerda, o que, como se acabou de ver, atrai ataques violentos dos grupos conservadores de direita, para além da reação que normalmente despertaria por se contrapor a “verdades” fortemente enraizadas no senso comum.

O linguista inglês James Milroy (2011 [2001], p. 62) argumenta que esse discurso dos linguistas não deixa de ser ideológico “em parte, porque, ao expressarem sua opinião, esses linguistas de fato têm uma agenda ideológica – modificar a opinião pública sobre o uso da língua”. Entretanto, o emprego do termo *ideologia* não é o mais apropriado nesse caso, já que ele estende em demasia o campo semântico do conceito. Seria mais apropriado usar o termo *contraideologia*, no sentido que lhe empresta Alfredo Bosi (2010), já que o discurso dos linguistas visa desconstruir um julgamento socialmente valorativo, cujos juízos de valor beneficiam claramente um grupo social em detrimento dos demais. E não parece haver dúvida quanto ao caráter ideológico do discurso hegemônico sobre a língua na sociedade, como se pode ver nesta passagem do próprio Milroy (2011 [2001], p. 60):

A ideologia exige que aceitemos que a linguagem (ou uma língua) *não é algo que os falantes nativos possuem*: eles não são pré-programados com uma faculdade da linguagem que lhes permite adquirir (ou desenvolver) “competência” na língua sem ser formalmente ensinados (se for admitido que eles são equipados com tal faculdade, isso é tratado como algo desimportante). O que eles adquirem de modo informal antes da idade escolar não é confiável e não plenamente correto ainda. Nesse contexto geral, a “intuição do falante nativo” não significa nada, e as sequências gramaticais não são produto da mente do falante nativo. Elas são definidas externamente – em compêndios gramaticais – e a escola é o lugar onde ocorre a verdadeira aprendizagem da língua. Faz parte do senso comum que é preciso ensinar às crianças as formas *canônicas* de sua própria língua nativa, sobretudo na escola, ensino feito por aqueles que sabem as regras da “gramática”, o significado correto das palavras e a pronúncia correta, e todas essas regras e normas existem fora do falante. As autoridades (normalmente não nomeadas) das quais dependem os falantes (e seus professores) têm acesso privilegiado aos mistérios da língua e têm algo do *status* de sumo sacerdotes. Se pusermos a coisa em termos de errado e certo, talvez possamos notar também, de passagem, que para muitos a questão não é apenas social, mas também *moral*.

Não obstante o caráter evidentemente ideológico do discurso da *correção gramatical*, o interessante é que a maioria das pessoas não percebe isso.

[...] embora as atitudes do senso comum sejam ideologicamente carregadas, aqueles que a sustentam não as veem de modo algum como tais: eles acreditam que seus juízos desfavoráveis sobre pessoas que usam a língua “incorretamente” são juízos puramente linguísticos sancionados por autoridades sobre a língua [...]. As pessoas não associam necessariamente esses juízos com preconceito ou discriminação em termos de raça ou classe social: elas acreditam que, sejam quais forem as características sociais do falante, estes simplesmente usaram a língua de um modo errado e que existe para eles a possibilidade de aprender a falar corretamente. Se não o fizeram, é por culpa própria deles, como indivíduos, seja qual for sua raça, cor, credo ou classe; existe uma abundância de modelos do “bom” falar para eles. (Milroy, 2011 [2001]: 59)

Mas dissimular sua verdadeira natureza é a característica essencial do *discurso ideológico*, tanto que o filósofo alemão Max Horkheimer o definiu como o saber que não reconhece sua dependência. Não obstante esteja a serviço de uma classe social, o discurso ideológico nega essa relação, assumindo um *status* de conhecimento técnico, racional e objetivo. No discurso dos “economistas” de plantão nos principais meios de comunicação de massa do país, por exemplo, os gastos do governo com os programas sociais e a Previdência devem ser restringidos para garantir o superávit primário, que “é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros”.¹⁶ Dessa forma, as despesas do governo na área social, que atendem aos interesses de milhões de brasileiros, podem ser restringidas para garantir o superávit primário, enquanto os gastos para pagar os juros da dívida pública são intocáveis, o que interessa apenas a uma minoria de agentes financeiros. Porém, esse sistema é apresentado como “tecnicamente” imparcial e baseado nos princípios da racionalidade econômica e administrativa.

Essa universalização dos interesses de uma minoria em detrimento dos interesses da maioria é essencial para que a dominação de classe se realize por meio do convencimento, sem a necessidade do emprego da força, constituindo o que o teórico marxista italiano Antonio Gramsci denominou *hegemonia ideológica*. Dessa forma, o sistema que favorece uma classe dominante minoritária é apresentado como o mais “racional” e o que melhor garante “o bem-estar comum”. A universalização de representações que atendem a interesses particulares, e não universais, está na base da construção da hegemonia ideológica da classe dominante. É assim que o direito à propriedade é consignado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, “adotada e proclamada” pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Porém, uma observação mais rigorosa deverá constatar que a grande maioria da humanidade pode muito bem ser colocada na classe dos despossuídos, não exercendo nem se beneficiando desse “direito universal”, que só interessa a uma minoria de proprietários.

No plano da língua, essa universalização promovida pelo discurso ideológico transforma a língua da elite na *própria língua*, abolindo a pluralidade do idioma (embora uma autoridade em matéria de língua como o escritor português José Saramago, que foi agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura em 1998, tenha dito que é melhor se referir à língua no plural do que no singular). E a eleição das formas que constituem essa única língua legítima é feita por critérios racionais, objetivos e neutros, por autoridades legítimas e inquestionáveis. Nesse contexto, o discurso dos linguistas, chamando a atenção para a organização estrutural e a funcionalidade plena de todas as variedades da língua, soa para o público leigo como uma espécie de logro, mesmo quando o ouvinte não consegue identificar em que passagem ele foi ludibriado, tal é a força das verdades sobre a língua arraigadas no imaginário coletivo.¹⁷

Os fundamentos da ideologia da correção gramatical, independentemente de sua falta de sustentação empírica, de consistência teórica e de coerência lógica, estão de tal maneira enraizados no senso comum por uma tradição cultural milenar que a tarefa dos linguistas que se engajam no debate público, com o intuito de desconstruir a visão discricionária de língua e o preconceito linguístico, difundindo os avanços do conhecimento científico, é de tal monta que talvez possa ser comparada, sem o risco de exagero, ao que se colocou para um Copérnico e para um Galileu quando se viram diante da tarefa de convencer seus contemporâneos de que a Terra não era o centro do Universo. Portanto, para romper o isolamento social em que se encontram, linguistas e sociolinguistas têm de ter consciência da dimensão dos obstáculos com que se deparam, até para traçar as estratégias discursivas adequadas às condições em que o debate vai se desenrolar.

No caso do Brasil, os estereótipos profundamente enraizados no senso comum em relação à língua têm sido cuidadosamente mantidos e reforçados desde o processo de formação da nacionalidade, no século XIX, por agentes fortemente comprometidos com a legitimação e sustentação ideológica de um sistema de violenta exploração do trabalho e exclusão social. Dessa forma, esses estereótipos estão profundamente imbricados no conjunto de representações que estão na base de todo o processo de construção simbólica da nacionalidade. Essa é uma das principais questões abordadas neste livro, cujo principal objetivo é sistematizar um modelo de análise sociolinguística que formalize o amplo e complexo sistema de relações que une a língua e a organização social do Brasil, particularmente no que concerne aos meios de produção material e à apropriação da riqueza, considerando o fenômeno linguístico não apenas em sua dimensão comportamental, mas também em sua representação ideológica.

Na consecução desse propósito, é travado um debate em duas frentes distintas, porém interligadas. De um lado, o debate social em torno da língua, em que o discurso da Linguística e da Sociolinguística não apenas tem sido isolado, como visto

anteriormente, mas, sobretudo, tem-se mostrado muito pouco capaz de conquistar espaço nesse plano do debate mais amplo, envolvendo não iniciados. Infelizmente, a maioria dos linguistas não apenas parece estar conformada com seu isolamento como também pensa que essa é a ordem natural das coisas, simplesmente ignorando ou considerando de somenos as questões mais relevantes que a sociedade levanta em relação à língua, como a *normatização linguística* – também referida como *padronização* (Milroy, 2011 [2001]). Envolvidos no debate em torno de suas formalizações abstratas, esses linguistas dão as costas à sociedade, deixando o campo livre para que os gramáticos normativistas deem forma à visão de língua que predomina no senso comum. Na conclusão da argumentação desenvolvida ao longo deste livro, procura-se definir estratégias discursivas que permitam à Linguística e à Sociolinguística, em particular, desenvolverem uma intervenção mais eficaz no debate social sobre a língua.

Na segunda frente de trabalho, será focalizado o debate teórico da Linguística contemporânea (uma área do conhecimento dividida em torno de questões em princípio inconciliáveis), a partir de uma abordagem bastante recente dos estudos linguísticos, a Sociolinguística, que vê a língua como um fenômeno variável e heterogêneo e um produto das relações sociais.¹⁸

A Sociolinguística na tradição dos estudos sobre a língua

A Sociolinguística se apresentou de forma mais significativa no cenário da ciência da linguagem na década de 1960, sob a liderança de William Labov (1966a, 2008 [1972]), que, assumindo uma posição bastante radical, pôs em questão até mesmo a possibilidade de a linguagem ser estudada fora do contexto social. O programa de pesquisa da Sociolinguística se contrapôs, em primeiro lugar, ao estruturalismo saussuriano, que havia definido o objeto próprio da Linguística moderna, por meio de seu conceito de *língua*: um sistema homogêneo e unitário, imune a qualquer influência dos fatores sociais (Saussure, 1973 [1916]). No entanto, a Sociolinguística se contrapunha também ao Programa Gerativo-Transformacional, de Noam Chomsky (1957, 1975 [1965]), que construía seu objeto de estudo como a *competência linguística* de um falante ideal pertencente a uma comunidade linguística idealmente homogênea. Porém, pode-se dizer que os axiomas da Sociolinguística se contrapõem aos princípios que têm orientado os estudos da língua no mundo ocidental desde, pelo menos, os trabalhos filológicos de Alexandria, no século III a.C.

Durante os mais de dois mil anos em que a língua tem sido objeto de reflexão sistemática na tradição do conhecimento no mundo ocidental, é a dimensão abstrata

e mental da língua que tem atraído a atenção de filósofos, gramáticos, filólogos e da maioria dos linguistas. Esses estudos visam descrever e fixar o sistema mental de regras gramaticais através do qual os indivíduos transformam seus pensamentos em frases, sendo que a homogeneidade e a unidade desse sistema são tomadas axiomáticamente como condições necessárias para seu pleno funcionamento, ou, pelo menos, para sua descrição racional. Contudo, mesmo a mais rápida observação da fala não deixa de perceber as variações inerentes à atividade linguística.

Dessa forma, estabelece-se uma contradição insuperável entre saber uma língua e falar essa língua. É como se o uso da língua corrompesse o saber linguístico, já que as pressões, as contingências e os acidentes da interação verbal em sua concretude, sobretudo na oralidade, não permitissem a realização perfeita dos dispositivos do sistema linguístico, determinado o caráter heteróclito da *fala*, em oposição ao caráter homogêneo e unitário da *língua*. E as “deformações” produzidas na e pela fala, que constituem o que se definiu como *variação linguística*, vão-se reproduzindo e sedimentando com o passar do tempo e desencadeando as *mudanças linguísticas*, que acabam por afetar o próprio sistema abstrato da língua. E o processo progressivo, no qual as mudanças vão se sucedendo em cadeia, acaba por transformar de tal maneira esse sistema linguístico que não se pode mais falar da antiga língua, mas de outra, ou de outras, na(s) qual(is) ela se transformou, como aconteceu na passagem do latim para as modernas línguas românicas.

A forma como as variações da fala se convertem em mudanças que transformam o sistema da língua tornou-se uma questão insolúvel nos marcos do estruturalismo, o primeiro grande paradigma da Linguística moderna. Saussure chegou mesmo a negar tal questão, no plano teórico, afirmando que o sistema seria imune às mudanças. Na medida em que era difícil sustentar tal posição em face dos avanços da pesquisa linguística, estruturalistas, como Charles Hockett (1958), passaram a negar a possibilidade de observação controlada do processo de implementação da mudança linguística. Na base de tudo isso, estava a incapacidade da teoria estruturalista em dar conta do fato empírico da mudança. E essa contradição entre sistema e mudança acabou por produzir um dos pontos de ruptura com o paradigma estruturalista no desenvolvimento da ciência da linguagem, por onde emergiu o paradigma da Sociolinguística, tanto que seu texto programático, escrito por Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog (2006 [1968]), se denominou *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística* (Lucchesi, 2004). Em um balanço do programa, feito catorze anos após a sua publicação, Labov (1982) afirmou que “a estratégia de Weinreich, Labov e Herzog (1968) era contribuir para a teoria geral da linguagem através de uma teoria da mudança

linguística”. Ou seja, a questão da mudança foi o caminho para desenvolver uma nova concepção do objeto de estudo da Linguística, determinando uma ruptura com o estruturalismo, o modelo teórico até então hegemônico, e promovendo, de certa maneira, o que Thomas Kuhn (1975 [1962]) denominou *revolução científica*.

Os fundamentos do programa de pesquisa da Sociolinguística derivam da asunção de que é possível desenvolver um estudo empírico consistente da mudança linguística por meio da análise sistemática dos processos de variação observados em um dado momento na língua. Em outras palavras, a análise do processo *diacrônico* da mudança seria possível através da observação sistemática do quadro *sincrônico* da variação linguística, para usar os termos da famosa dicotomia saussuriana.

Uma mudança linguística não acontece de um dia para o outro; em vez disso, a forma inovadora convive durante um longo período de tempo com a forma antiga no plano concreto do uso da língua – no que se denominou *variação linguística*. A chave da interpretação da *mudança linguística* toma como base empírica a descrição sistemática desses processos de variação.¹⁹ A distribuição da variante conservadora e da variante inovadora, tanto na estrutura da língua quanto na estrutura social, fornecem as evidências empíricas para entender como a mudança linguística se implementa. Dessa forma, é possível escrutinar o processo através do qual as inovações que a todo momento surgem na fala dos indivíduos podem se generalizar ao ponto de mudarem o próprio sistema da língua. Para Labov (1972, 1994), entretanto, as inovações individuais só se tornam relevantes quando são assumidas por um determinado segmento social. Só a partir desse momento é que a mudança pode ser analisada. E uma boa análise da mudança linguística deve responder a cinco questões, que Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) denominaram *problemas*.

O *problema da transição (transition problem)* diz respeito a todas as fases do processo que conduz à substituição de uma forma linguística por outra, considerando tanto o desenvolvimento da mudança na estrutura linguística quanto o seu desenvolvimento na estrutura social. O *problema do encaixamento (embedding problem)* também se desdobra nos planos linguístico e social e diz respeito à distribuição das variantes linguísticas na estrutura da língua e na social. Os contextos linguísticos em que a variante inovadora é mais frequente revelam os fatores que impulsionam a mudança, enquanto os contextos em que a variante conservadora tem maior frequência revelam os fatores que retardam a implementação da mudança. Já a distribuição social da mudança fundamenta o diagnóstico que a análise sociolinguística deve fazer sobre a possível implementação da mudança linguística, pois nem todo processo de variação se pode resolver em mudança, posto que a variante inovadora e a variante conservadora podem se conservar em uso na língua indefinidamente. Portanto, se a

mudança implica necessariamente variação, a variação não implica necessariamente mudança. Analisar como os falantes avaliam as formas que se alternam na língua, as variantes linguísticas, é fundamental para mensurar a potencial implementação de uma mudança, o que define o *problema da avaliação* (*evaluation problem*). Se uma variante inovadora passa a despertar uma forte reação negativa entre os falantes, por exemplo, um potencial processo de mudança tende a se retrair.

O *problema das restrições* (*constraints problem*) relaciona-se a uma reflexão teórica de natureza mais geral e diz respeito ao conjunto de mudanças possíveis; ou seja, coloca em questão os limites da variação e da mudança na estrutura linguística. Essa abordagem seria o *locus* privilegiado para um diálogo entre aqueles que buscam explicar o funcionamento da língua (isto é, os gerativistas) e aqueles que se debruçam sobre o devir histórico da língua no contexto social (isto é, os sociolinguistas), mas esse espaço da reflexão linguística não prosperou até o momento. O *problema da implementação* (*actuation problem*) se apresenta como uma pergunta que sintetizaria todas as questões anteriores: por que dada mudança ocorreu em um momento e em um lugar determinados, e não em outro momento e/ou em outro lugar? Porém, esse enquadramento da mudança numa perspectiva causal denuncia uma das limitações teóricas e epistemológicas do programa variacionista, na medida em que a abordagem do fenômeno da mudança linguística como um processo sócio-histórico cede lugar a uma abordagem mecanicista que se encerra no estabelecimento de correlações imediatas entre a variável linguística e algumas variáveis sociais.

A Sociolinguística laboviana representou um ponto de ruptura no desenvolvimento histórico da pesquisa linguística em relação a concepções até então hegemônicas sobre a língua. Suas proposições colocaram em xeque, entre outras coisas, as rígidas dicotomias saussurianas que dividiam, na época, a pesquisa linguística em áreas bem delimitadas, tais como as *dicotomias* entre língua e fala e entre sincronia e diacronia. Saussure havia apartado o sistema abstrato (a língua) da atividade linguística concreta (a fala) na construção teórica do objeto da Linguística, de modo que a língua seria por excelência seu objeto de estudo, enquanto a fala deveria ser descartada como um subproduto teórico (Bourdieu, 1983 [1972]). Ao colocar a variação na estrutura da língua, através de sua concepção de língua como um *sistema heterogêneo*, a teoria sociolinguística rompe a dicotomia saussuriana, resgatando a atividade linguística concreta como objeto legítimo de investigação.

A chave de tal concepção residia na quebra da relação entre homogeneidade e funcionalidade. Weinreich, Labov e Herzog negam, por princípio, o caráter disfuncional da variação e da mudança, concepção que estava na base da linguística da língua de Saussure e do descarte da fala. E argumentam que, se a língua continua

funcionando enquanto muda, a variação e a mudança devem ser integradas no funcionamento da língua (2006 [1968]: 35). Ao relacionar a variação (*e a fortiori* a mudança linguística) ao funcionamento sincrônico da língua, a Sociolinguística rompe também com a dicotomia entre a sincronia e a diacronia, que dividia a Linguística estruturalista em duas frentes de pesquisa incomunicáveis entre si: a análise do funcionamento da língua em um determinado momento (abordagem sincrônica), que pressupunha a abstração da variação e da mudança (como ainda o fazem na atualidade os gerativistas); e a análise das mudanças que acometem a língua em seu devir histórico (abordagem diacrônica). Contudo, a questão que se coloca é: a abordagem da variação e da mudança no sistema linguístico proposta pela Sociolinguística consegue apreender a lógica do funcionamento da língua?

A Sociolinguística também derrubou a visão positivista de língua como *fato social*, que Saussure foi buscar junto ao sociólogo Émile Durkheim (Cosieriu, 1979 [1952]). Segundo essa concepção, a língua é um fato social externo ao indivíduo e a ele se impõe. Colocando o falante como agente da mudança, através de suas reações subjetivas às variantes (como sistematizado no problema da avaliação), a abordagem sociolinguística revela que, longe de aceitar passivamente a língua, o falante participa ativamente do seu processo de constituição histórica (Lucchesi, 2004).

Não obstante as profundas transformações promovidas pela Sociolinguística na concepção do objeto de estudo da Linguística e na sua agenda de pesquisa, a adesão dos linguistas em geral a esse programa de pesquisa tem sido muito modesta. Isso pode ser explicado pelas limitações e impasses teóricos que os mentores da Sociolinguística ainda não conseguiram superar. Algumas dessas limitações e impasses foram mencionados anteriormente e constituem o principal objeto do capítulo “A polarização sociolinguística do Brasil: fundamentos teóricos”. Nessa reflexão teórica sobre os impasses com que se tem deparado o programa de pesquisa da Sociolinguística, busca-se sistematizar um instrumental teórico que possa fundamentar visão aqui exposta acerca da *polarização sociolinguística do Brasil*.

A polarização sociolinguística do Brasil

Neste livro, é apresentado um algoritmo da realidade sociolinguística brasileira baseado na polarização entre a norma sociolinguística da elite letrada, por um lado, e a norma da população socialmente marginalizada, por outro. O conceito de *norma sociolinguística* é aqui proposto para capturar o fato de que a oposição sociolinguística entre as classes sociais não se dá apenas em função da diferença no comportamento linguístico dos seus membros, mas igualmente em

função da maneira pela qual esses membros avaliam os diversos usos da língua e de como as mudanças linguísticas se propagam em cada segmento social. Assim, a proposição de uma divisão axial entre uma norma culta, das classes mais altas, e uma norma popular, das classes mais baixas, assentaria teoricamente na consideração desses três parâmetros. Ainda dentro de uma visão social da língua, a estrutura sociolinguística deve ser vista sempre como a resultante de uma rede de correlações que se estende da infraestrutura socioeconômica à superestrutura político-ideológica. É com esse enquadramento que é desenvolvida a concepção da polarização sociolinguística da sociedade brasileira aqui apresentada.

O Brasil é um dos países com maior concentração de renda do planeta, onde o um por cento mais rico tem a mesma renda da metade da população mais pobre. Essa absurda concentração de renda, fundada na superexploração da força de trabalho, dilacera o tecido social e corrompe as instituições, mantendo na periferia das grandes metrópoles hordas de miseráveis que vivem sob a égide da promiscuidade e da violência policial e do crime organizado, instaurando em toda a sociedade um verdadeiro clima de guerra civil. No campo, a exploração desenfreada da terra promove agressões irreversíveis ao meio ambiente, não poupando das mais bárbaras violências as populações pobres que dela tiram o seu sustento há várias gerações, particularmente as populações indígenas. Numa sociedade desigual, enquanto uns poucos privilegiados têm acesso pleno ao consumo suntuário de bens materiais, a todos os direitos da cidadania e aos mais valorizados bens simbólicos, boa parte da população vive na pobreza e na miséria, sem acesso aos direitos sociais básicos, dentre os quais a escolarização.

Segundo a teoria da variação linguística (Weinreich, Labov e Herzog, 2006 [1968]; Labov, 2008 [1972], 1994), a heterogeneidade da língua reflete as condições sociais do seu uso, bem como garante sua plena funcionalidade no universo da diversidade sociocultural em que é usada. A maleabilidade do sistema linguístico produzida pelo mecanismo da variação linguística permite que a língua capture em sua configuração estrutural as diversas nuances das diferenças sociais, de modo que dialeticamente não é possível compreender a configuração estrutural de uma língua como fenômeno sócio-histórico sem compreender a história e a configuração da sociedade em que essa língua é falada. No caso brasileiro, a polarização sociolinguística é, na atualidade, o reflexo inexorável das abissais diferenças materiais e culturais que apartam as classes sociais no país.

Porém, suas raízes são mais profundas e remontam ao início da colonização do território brasileiro, quando o colonizador português escravizou muitos povos que falavam centenas de línguas diversas entre si, para compor, por mais de trezentos anos, a força motriz da sociedade brasileira. A divisão do Brasil, a um só tempo

socioeconômica e étnica, ao longo do período colonial e do Império, forneceu as bases para a primeira configuração da polarização sociolinguística do país, que opunha o contingente dominador, de falantes nativos da língua portuguesa cujos pais também o eram, à grande massa de explorados, entre os quais a língua portuguesa era segunda língua ou uma variedade de português nativizada através de um processo de *transmissão linguística irregular* (Lucchesi, 2003, 2008a, 2012b).

O fim do tráfico negreiro, a abolição da escravatura e o ingresso no país de milhões de imigrantes europeus e asiáticos, entre o final do século XIX e o início do século XX, foram esmaecendo os matizes étnicos da polarização sociolinguística. E os processos de industrialização e urbanização da sociedade brasileira, que se iniciaram efetivamente a partir de 1930, acabaram por definir os contornos atuais da polarização sociolinguística do país. A industrialização promove a urbanização, com a inserção de largos contingentes da antiga população rural no mercado consumidor e no espaço urbano, o que tem como contraparte linguística a ampla difusão da variedade de língua socialmente valorizada (que é genericamente denominada norma culta).

Dessa forma, pode-se dizer que a polarização sociolinguística do Brasil foi se atenuando a partir de 1930. Contudo, as características do desenvolvimento tardio e dependente do capitalismo no país fizeram com que a difusão da norma culta fosse muito restrita, quando não precária. No universo cultural da sociedade brasileira contemporânea, a inovação tecnológica convive, lado a lado, com relações sociais tão arcaicas quanto o trabalho análogo à escravidão. Mais uma vez, a realidade social não poderia deixar de se refletir no plano da língua. Nos bolsões de miséria ao redor das grandes cidades, migrantes rurais preservam, em grande medida, a cultura e a linguagem do campo, ao tempo em que sofrem a avassaladora influência cultural e linguística dos poderosos meios de comunicação de massa. Contradições como essa dão o tom ao complexo cenário da polarização sociolinguística do Brasil.

Na sociedade brasileira contemporânea (dominada pela indústria cultural e pela comunicação de massa), a voragem da comunicação instantânea e imediata propaga vertiginosamente imagens, valores e padrões de comportamento linguístico para todos os segmentos sociais em todos os quadrantes do país, promovendo inexoravelmente a sua homogeneização.²⁰ Se nesse processo opera um *nivelamento linguístico* que aproxima a fala das classes baixas dos modelos da norma culta, a avaliação social reforça o valor simbólico das diferenças linguísticas, utilizando a clivagem da língua para reforçar a divisão social. Assim, o conceito de norma sociolinguística se faz necessário para capturar o fato de que a polarização linguística do Brasil é tanto objetiva quanto subjetiva. Assim sendo, esse conceito se funda não apenas nas diferenças no comportamento linguístico das classes altas e das classes

baixas, mas também no estigma que se abate sobre as características mais típicas da fala popular, com destaque, no plano da morfossintaxe, para a generalizada falta de concordância nominal e verbal. O valor social atribuído às variantes linguísticas afeta, por sua vez, os padrões coletivos de uso da língua. Assim, a avaliação positiva do emprego das regras de concordância faz com que os indivíduos das classes mais baixas assimilem esse mecanismo sintático, à medida que vão se inserindo no mercado consumidor e no espaço da cidadania. Completa-se, dessa forma, o circuito da relação dialética entre *uso*, *avaliação* e *mudança linguística*.

Ao capturar tanto as manifestações objetivas quanto as representações sociais da língua, a análise sociolinguística alcança a dimensão ideológica do fenômeno linguístico no que concerne ao estabelecimento das relações de poder na sociedade. Portanto, ao tomar como objeto a equação da polarização sociolinguística do Brasil, busca-se sistematizar uma chave interpretativa da realidade social da língua no país, não apenas em suas manifestações objetivas, mas em suas representações ideológicas. Com isso, pretende-se alcançar suas determinações mais profundas, no plano da infraestrutura socioeconômica, bem como as relações que, nos planos político e ideológico, definem sua configuração atual.

Como já foi dito, as origens da polarização sociolinguística remontam aos primórdios da colonização do Brasil, podendo-se mesmo afirmar que os fatores que definem os seus aspectos mais essenciais atuaram, sobretudo, nos quatro primeiros séculos da formação da sociedade brasileira. Mas no recorte aqui feito, não é abarcado esse período formativo da polarização sociolinguística, no qual o contato do português com as línguas indígenas brasileiras e as línguas dos escravos africanos desempenhou um papel central (Lucchesi, Baxter e Ribeiro, 2009).

A abordagem aqui desenvolvida delimita seu foco na configuração atual da polarização sociolinguística do Brasil, que está diretamente ligada aos processos de industrialização e urbanização do país, desencadeados a partir da Revolução de 1930, que pôs fim à chamada República Velha. Para tanto, serão aprofundados os fundamentos teóricos do algoritmo da polarização sociolinguística que têm sua base no programa de pesquisa da Sociolinguística Variacionista. A teoria sociolinguística será o ponto de partida para o desenvolvimento do aparato teórico utilizado no estabelecimento das relações entre o desenvolvimento da estrutura da língua e as transformações socioeconômicas e políticas ocorridas no período. Dessa forma, ao aparato teórico, vão-se conjugar interpretações da história econômica, social e política do Brasil, no período de 1930 até os dias atuais. Por fim, os resultados de análises sociolinguísticas de fenômenos variáveis do chamado português brasileiro fornecerão as bases empíricas para a verificação das hipóteses interpretativas formuladas. Os capítulos deste livro estão estruturados para cumprir esses objetivos.

As partes constituintes deste livro

O primeiro capítulo (“A polarização sociolinguística do Brasil: fundamentos teóricos”) sistematiza a polarização sociolinguística tomando como ponto de partida as duas maneiras como o conhecimento científico tem abordado o fenômeno linguístico. De um lado, está a visão mais tradicional, que aborda o lado psíquico-biológico da linguagem humana, concebendo a língua como o sistema através do qual o indivíduo transforma os seus pensamentos em frases. Do outro lado, está a abordagem que focaliza a dimensão sócio-histórica do fenômeno linguístico, na qual a língua se transforma em um mosaico de comportamentos linguísticos diferenciados que se ajustam no jogo das representações sociais da língua, sobretudo nas sociedades de classe, que contêm uma grande diversidade cultural. As duas abordagens têm-se mantido inconciliáveis ao longo do desenvolvimento da Linguística moderna (Lucchesi, 2004). Pelo viés da abordagem da dimensão psíquico-biológica, a *Gramática Gerativa* só consegue analisar o funcionamento da língua abstraindo duas de suas características essenciais – a variabilidade inerente e a ininterrupta mutação –; ao passo que a Sociolinguística Variacionista, ao focalizar o diversificado comportamento linguístico da coletividade, se afasta do que é essencial no fenômeno linguístico – o mecanismo que nos torna falantes de uma língua natural (Lucchesi, 2011c).

Como a abordagem apresentada neste livro se insere na segunda vertente, a primeira seção do capítulo trata do que é chamado aqui de *dois grandes impasses no desenvolvimento da Sociolinguística*. O primeiro impasse estaria relacionado a essa incapacidade do modelo de integrar uma teoria do funcionamento da língua (isto é, da gramática) em suas análises dos processos de variação e mudança linguísticas. O segundo impasse situa-se no plano da análise dos condicionamentos sociais da mudança e decorre do predomínio, no campo, de análises mecanicistas nas quais os efeitos dos fatores sociais são considerados isoladamente (Lucchesi, 2012a).

Essa reflexão crítica é a base para a discussão acerca da construção teórica do objeto de estudo da Sociolinguística, a *comunidade de fala*, o que é feito na seção seguinte. Nessa seção, é destacado o avanço alcançado com a definição da comunidade de fala pela Sociolinguística, com base na adoção de um sistema único de avaliação social da língua, em contraposição à concepção estruturalista, baseada na pressuposição de um sistema funcional subjacente a toda a heterogeneidade da fala. Porém, a existência de divergências e conflitos no plano da avaliação social da língua no seio de uma mesma comunidade é a base para o resgate do conceito de norma linguística no quadro teórico da Sociolinguística – reflexão contida na terceira seção do capítulo.

A discussão aqui proposta sobre o conceito de comunidade de fala baseia-se na constatação feita pelo próprio Labov da existência de sistemas de avaliação social da

variação linguística distintos, e até divergentes, dentro de uma mesma comunidade. Para resolver o paradoxo que essa constatação instaura dentro do modelo da Sociolinguística Variacionista, o conceito de norma linguística foi resgatado e reformulado, propondo-se um novo conceito aqui denominado norma sociolinguística, que delimita subconjuntos dentro do diassistema maior da comunidade de fala, com base em três parâmetros: (i) diferença nas frequências de uso das variantes linguísticas entre os grupos sociais; (ii) diferença de como os membros desses grupos avaliam subjetivamente as variantes linguísticas; (iii) diferença na direção específica que os processos de variação e mudança assumem no interior de cada um desses grupos. O capítulo se encerra com uma seção que contém uma análise das categorias relativas ao sistema de avaliação social da variação linguística.

O objeto central deste livro é o processo que define as características atuais da polarização sociolinguística do Brasil, que, como proposto anteriormente, se iniciou com a industrialização e urbanização da sociedade brasileira desencadeadas pela Revolução de 1930. Porém, para revelar as raízes históricas desse quadro atual de polarização sociolinguística, é traçado, no segundo capítulo, um breve panorama da história sociolinguística do Brasil, desde o início da colonização. Esse capítulo se inicia com uma seção que apresenta um panorama da história social da língua desde o início da colonização portuguesa, nas primeiras décadas do século XVI, até as primeiras décadas do século XX, no qual é destacado o papel central do contato do português com as línguas indígenas e africanas. Na segunda seção, é sistematizada uma análise de como as situações de contato linguístico massivo afetaram diretamente a formação das variedades populares do português no Brasil, com base no conceito de transmissão linguística irregular (Lucchesi, 2003, 2008a, 2013). Por fim, a terceira seção contém um esboço da situação sociolinguística do Brasil, entre meados do século XIX e princípio do século XX, período que antecede imediatamente o período aqui em foco.

Em conformidade com a ideia de que os sistemas de representação simbólica (entre os quais se encontra a língua) são condicionados pelas condições materiais de produção e reprodução da existência, o terceiro capítulo (“A polarização sociolinguística do Brasil: condicionamentos socioeconômicos”) busca descrever as motivações socioeconômicas e político-ideológicas da configuração atual da realidade sociolinguística do Brasil. Como foi dito anteriormente, encampa-se aqui a hipótese de que o processo de industrialização e urbanização, iniciado efetivamente a partir de 1930, tem sido determinante para a definição dos contornos atuais da polarização sociolinguística do Brasil, já que as condições objetivas e subjetivas produzidas por esse processo social estão na base de um movimento de mudanças linguísticas nas classes populares em direção aos modelos da norma urbana culta, por um lado, e de uma renovação do comportamento linguístico da elite letrada, por outro.

Assim, na primeira seção desse capítulo, traça-se um panorama socioeconômico e político-ideológico do Brasil, de 1930 até os dias atuais, com base na visão de que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil tem um caráter tardio e dependente. Em função disso, o processo de industrialização do Brasil foi marcado por dependência externa, acelerada monopolização da economia e predomínio do setor de produção de bens de consumo duráveis e baseado em um mercado consumidor reduzido e elitizado e na superexploração da força de trabalho. A concentração do poder real nas mãos da elite econômica mantém até os dias atuais esse sistema de concentração de renda e exclusão social, apesar dos avanços dos movimentos populares e de algumas significativas conquistas sociais ocorridos nos últimos anos.

O processo através do qual o capitalismo se desenvolve no Brasil cria uma contradição entre a renovação do processo social e a manutenção de um discurso hegemônico conservador e discriminatório, que se origina na manutenção de formas arcaicas de propriedade e produção, em meio ao desenvolvimento econômico. Tal contradição desempenha um papel determinante no plano da cultura e da língua, que é o objeto da segunda seção do capítulo, com uma análise dos efeitos desses condicionamentos socioeconômicos e político-ideológicos sobre a configuração da norma popular no período, considerando fatores como a urbanização e a escolarização de populações rurais historicamente marginalizadas. A terceira seção aborda a aparente contradição entre a visão de polarização desenvolvida neste livro e o modelo proposto pela sociolinguista Stella Maris Bortoni-Ricardo (2005), baseado na noção de *continuum*, argumentando que a perspectiva epistemológica aqui adotada, inspirada na teoria dos conjuntos difusos, desfaz essa aparente contradição, apontando antes para a complementaridade entre os dois modelos. Assim, conjugando as duas abordagens, procede-se a um diagnóstico preliminar da realidade sociolinguística brasileira com base em dados extralinguísticos, como o nível de escolaridade da população. Em que pese o caráter preliminar e provisório de tal diagnóstico, ele é útil para formular hipóteses e delimitar os universos de observação da pesquisa sociolinguística propriamente dita. Esse capítulo se encerra com uma seção que focaliza os processos de variação e mudança que afetam a norma culta, desde a segunda metade do século XX até os dias atuais, colocando em questão a cronologia dessas mudanças, em função dos seus condicionamentos socioeconômicos e político-ideológicos.

Considerando a importância das representações ideológicas da língua na configuração da realidade sociolinguística, o quarto capítulo (“A polarização sociolinguística do Brasil: fundamentos ideológicos”) focaliza os sistemas de avaliação social da língua no Brasil, com particular destaque para o sistema institucional de normatização linguística, o qual produz o que é aqui denominado norma padrão. O capítulo se inicia com uma seção que analisa os fundamentos da normatização linguística no

Brasil, a partir de uma exegese dos textos introdutórios de nossas gramáticas normativas. A segunda seção focaliza a gênese da norma padrão brasileira, no século XIX, com base no projeto purista de submissão aos modelos linguísticos da ex-metrópole portuguesa, que suplantou a visão nacionalista de uma norma brasileira, defendida, entre outros, pelo grande romancista José de Alencar. A terceira seção analisa os prejuízos pedagógicos e linguísticos da manutenção até os dias de hoje dessa norma padrão adventícia e anacrônica. A seção seguinte analisa como o discurso científico da Linguística estruturalista contribuiu, em meados do século XX, para a manutenção e legitimação dessa norma padrão lusitanizada e estranha aos usos da língua no Brasil; enquanto a quinta seção procura deslindar seus fundamentos ideológicos. E a sexta e última seção do capítulo focaliza as bases ideológicas do preconceito linguístico que se abate sobre as formas mais típicas da linguagem popular na sociedade brasileira.

Por fim, o quinto e último capítulo (“A polarização sociolinguística do Brasil: fundamentos empíricos”) apresenta os fundamentos empíricos da polarização sociolinguística do Brasil com base no conjunto de dados produzidos pelas análises variacionistas realizadas desde a década de 1980. Na primeira seção do capítulo, é feito um balanço crítico da pesquisa sociolinguística no Brasil. Nas seções seguintes, é apresentada uma interpretação de dados de análises variacionistas já realizadas, sob o enfoque da formulação da polarização sociolinguística do Brasil. Na segunda seção, são focalizados os processos de variação e mudança que afastam a norma culta da norma padrão, sendo selecionados dois fenômenos de variação linguística para demonstrar isso: o primeiro afeta a forma do pronome da 3ª pessoa do discurso na função de objeto direto, e o segundo atinge a formação das orações relativas. A escolha desses dois fenômenos foi motivada pela existência de análises variacionistas que utilizam dados da variação estilística e informações provenientes de testes de avaliação e percepção, para além dos dados referentes à frequência de uso das variantes linguísticas. A análise revelará tratar-se de processos de variação e mudança que se espalham por todos os segmentos sociais, mesmo no caso em que tais processos possam ter-se originado nas classes sociais mais baixas.

Contudo, há processos de variação e mudança provenientes da base da pirâmide social que não conseguem se difundir para os segmentos sociais mais altos, porque sofrem forte restrição no sistema social de avaliação da língua. São esses processos de variação e mudança que configuram centralmente a polarização sociolinguística do Brasil. A terceira seção desse último capítulo sistematiza os resultados de análises sociolinguísticas de um aspecto da morfossintaxe do português brasileiro, a concordância verbal junto a 3ª pessoa do plural, que está no cerne da polarização sociolinguística do Brasil. A configuração dos resultados atualmente disponíveis será fundamental para confirmar empiricamente, ou não, o algoritmo aqui proposto.

A combinação dos dados demográficos sistematizados no terceiro capítulo com os dados sociolinguísticos sistematizados no quinto capítulo fornecerá a base para uma estratificação sociolinguística da sociedade brasileira em seu conjunto, feita em “Conclusão: balanço e perspectivas”, que constitui um dos principais produtos que este livro oferece. Além disso, a Conclusão também contém um esboço de programa para a pesquisa sociolinguística no Brasil, com base na *equação da polarização sociolinguística*. Por fim, a relação entre língua e sociedade é enfrentada, focalizando a questão da normatização linguística. Nessa discussão, procura-se demonstrar como uma análise sócio-histórica que apreenda a realidade linguística em seu conjunto pode orientar a postura dos linguistas para o importante debate que se trava na sociedade atualmente em torno da língua.

Agradecimentos

Este texto foi escrito inicialmente como tese para o concurso público de professor titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no qual fui aprovado em maio de 2012. De lá para cá, empreendi um longo trabalho para verter o texto para uma linguagem mais apropriada a um público mais amplo, depurando-o dos ranços acadêmicos. Desde o início do processo, recebi importantes apoios que agora registro e agradeço. Inicialmente, gostaria de mencionar o apoio dos colegas do Departamento de Letras Vernáculas, aqui referidos nas pessoas das professoras Edivalda Araújo e Alba Valéria e da diretora do Instituto de Letras da UFBA, a professora Risonete Batista de Souza, no período em que escrevi a tese de professor titular, em um tempo em que não se escrevem mais teses dessa natureza. Em seguida, o texto se beneficiou dos comentários, das sugestões e das críticas da banca julgadora do concurso público, composta dos professores Célia Telles, Dinah Callou, Mary Kato, Ataliba Castilho e Carlos Alberto Faraco. Tanto no período de escrita da tese quanto no período de reescrita do texto para a forma de livro, recebi importantes contribuições, na forma de comentários, sugestões, críticas e incentivos, dos colegas e amigos Sônia Borba Costa, Ilza Ribeiro, Alan Baxter, Jacyra Mota, Suzana Cardoso, Tânia Lobo, Américo Venâncio Machado Filho, Silvana Ribeiro, Stella Maris Bortoni-Ricardo, Marco Antônio Martins, Dermeval da Hora, Henrique Monteagudo, Charlotte Galves, Sonia Cyrino, Eugênia Lamoglia Duarte, Silvia Rodrigues, Célia Lopes, Sílvia Brandão, Xoán Lagares, Letícia Cao Ponso, Jair Ferreira dos Santos e Maurício Santana Dias. É escusado dizer que as falhas e equívocos eventualmente remanescentes são de inteira responsabilidade do autor deste livro. Quero agradecer também ao editor Jaime Pinsky, que apostou na viabilidade editorial desta obra. E, por fim, quero agradecer especialmente aos colegas e amigos Carlos Alberto Faraco e José Luiz Fiorin, cujos comentários, sugestões e apoio foram decisivos para a viabilização deste projeto.

Notas

¹ Projeto de Lei nº 1.676, sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa, que visava, em sua essência, coibir o uso de palavras estrangeiras no país, particularmente as de língua inglesa.

² O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi firmado por todos os países de língua oficial portuguesa (Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), em 1990 (Timor Leste aderiu ao Acordo em 2004, após a sua independência). Ao unificar o sistema ortográfico no mundo lusófono, o Acordo visava fortalecer a língua portuguesa nos organismos internacionais, facilitar o intercâmbio cultural e a circulação de obras científicas e literárias, eliminando os custos de sua reedição. No Brasil, somente cerca de 0,5% das palavras foram afetadas pelo Acordo, por conta da eliminação do trema, de alguns acentos (*idéia* passou a *ideia*; e *vôo* passou a *voe*, por exemplo) e de alterações nas regras de hifenação.

³ Veja-se, por exemplo, o que foi capaz de escrever uma senhora, que se apresenta como pedagoga e professora de português [sic]:

“Não tenho notícia de que haja ou tenha havido algum governo de algum país que planejasse e implementasse projeto tão cruel, como se isso pudesse ser apelidado de projeto educacional. O Brasil consegue ser surpreendente e nefasto com um discurso pretensamente politicamente correto. Com pompa e circunstância, o MEC do governo petista quer assegurar que os futuros cidadãos fiquem privados de empregos, de crescimento intelectual, de relações culturais; no futuro, o MEC deseja que os brasileiros estejam no estado de barbárie linguística e sejam incapazes de entender um edital de concurso, por exemplo; salvo se o edital informar que ‘os candidato deve apresentarem os seguinte documento’.”

Nem Hitler, com sua mente diabólica e homicida, realizou um projeto desse tipo para dominar a juventude nazista, ganhando simpatias e aplausos dos pouco letrados daquela época. Com pompa e circunstância, em uma palhaçada do politicamente correto, o governo petista organiza um exército de futuros adultos privados de proficiência no vernáculo, cuidadosamente preparado no sistema público de ensino, que servirá aos interesses do Estado brasileiro que está sendo forjado desde 2003, em conformidade com as lições de Gramsci.

(Publicado em <portal100fronteiras.com.br>. Acesso em: 15 de maio de 2011.)

⁴ Cf. notícia publicada pelo jornal *O Globo* (versão on-line), em 16 de maio de 2011 (disponível em <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/procuradora-da-republica-preve-aco-es-contra-uso-de-livro-com-erros-pelo-MEC-autora-se-defende-2789080>>, acesso em 23 abr. 2015), onde se lê:

Diante da denúncia de que o livro *Por uma vida melhor*, da professora Heloísa Ramos – que foi distribuído a 485 mil estudantes jovens e adultos pelo Programa Nacional do Livro Didático, do Ministério da Educação, defende o uso da linguagem popular e admite erros gramaticais grosseiros como “nós pega o peixe”, a procuradora da República Janice Ascari, do Ministério Público Federal, previu que haverá ações na Justiça. Para ela, os responsáveis pela edição e pela distribuição do livro “estão cometendo um crime” contra a educação brasileira. “Vocês estão cometendo um crime contra os nossos jovens, prestando um desserviço à educação já deficientíssima do país e desperdiçando dinheiro público com material que emburrece em vez de instruir. Essa conduta não cidadã é inadmissível, inconcebível e, certamente, sofrerá ações do Ministério Público”, protestou a procuradora da República em seu blog.

⁵ Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/MPF-arquiva-acao-contra-livro-do-MEC-com-quoterros-de-concordancia,f1491a4045cea310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

⁶ Vale registrar, nesse sentido, o honesto reconhecimento público por parte da procuradora Janice Ascari do erro cometido em seu julgamento inicial do livro (cf. nota 4):

Expressei-me muito mal. Crime, no sentido técnico-jurídico da palavra, não há. Peço desculpas ao prof. dr. Clecio, aos autores do livro e a quem mais possa ter se sentido ofendido. Utilizei o termo no sentido leigo, querendo significar um absurdo, algo inaceitável. Por isso, fica aqui a minha retratação formal e meu esclarecimento, no sentido de que o termo “crime” foi por mim mal utilizado. Não acusei o MEC nem os autores do livro de nenhuma conduta que, sob o aspecto estritamente jurídico, possa configurar crime. Como fosse um castigo, a linguagem vulgar me pregou uma peça.

(Disponível em: <<http://janiceascari.blogspot.com.br/2011/05/recebendo-e-prestando-esclarecimentos.html>>. Acesso em: 23 abr. 2015).

- ⁷ No final da primeira página do capítulo que gerou toda a polêmica, encontra-se a seguinte afirmação: “Neste capítulo, vamos exercitar algumas características da linguagem escrita. Além disso, vamos estudar uma variedade da língua portuguesa: a norma culta”.
- ⁸ Nessa época, o presidente da República era o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que tinha como ministro da Educação Paulo Renato Souza, ambos do PSDB.
- ⁹ “Uma densidade de comunicação relativamente alta em um grupo significa que os falantes têm mais acesso e exposição aos usos linguísticos de outros membros do grupo. Logo, podem mais provavelmente ouvir o que os outros membros da comunidade estão fazendo com a linguagem, o que cria a possibilidade de adquirir deles certos traços linguísticos. Em contraparte, o nível relativamente baixo de comunicação com não membros torna menos provável que se adquiram usos de fora da comunidade de fala. Em outras palavras, a comunidade de fala é o domínio no qual os processos sociolinguísticos de acomodação e convergência ocorrerão.”(Guy, 2000: 20)
- ¹⁰ “Um dos corolários da nossa abordagem é que, em uma língua que serve a uma comunidade complexa (i.e. real), é a ausência da heterogeneidade estruturada que seria disfuncional.” (Weinreich, Labov e Herzog, 2006 [1968]: 36)
- ¹¹ “A língua das classes altas é automaticamente estabelecida como a forma correta de expressão. Elas podem não só dizer que “*l’État, c’est moi*”, mas também que “*le langage, c’est le mien*”. (Haugen, 2001: 102)
- ¹² Nesse sentido, é bastante ilustrativa a seguinte passagem do diretório do governo português, sob o comando do egrégio Marquês de Pombal, publicado em 3 de maio de 1757, que proibia o uso da língua geral indígena no Brasil: “Sempre foi máxima inevitavelmente praticada em todas as nações que conquistaram novos domínios introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes e ter mostrado a experiência que, ao mesmo tempo em que se introduz neles o uso da língua do príncipe que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração e a obediência ao mesmo príncipe.”
- ¹³ O *Dicionário Houaiss* (op. cit.) reconhece, inclusive, a expressão *preconceito linguístico*: “qualquer crença sem fundamento científico acerca das línguas e seus usuários”.
- ¹⁴ Referência pejorativa ao Bolsa Família, programa do governo federal de distribuição de renda que beneficia “16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70 mensais” (Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 23 abr. 2015).
- ¹⁵ *Folha de S.Paulo* (versão on-line), 18 maio 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1805201118.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2015.
- ¹⁶ Cf. portal de notícias do Senado Federal na internet. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/entenda-o-assunto/superavit>>. Acesso em: 23 abr. 2015.
- ¹⁷ “Se dissermos às pessoas que não são verdadeiras determinadas coisas sobre a língua em que elas acreditam firmemente, elas desconfiarão de nós e rejeitarão o que dizemos.” (Milroy, 2011 [2001]: 62)
- ¹⁸ “[...] a teoria linguística tem dedicado muito pouca atenção à variação linguística até muito recentemente. E muitas línguas têm sido estudadas como se fossem entidades completa ou predominantemente invariantes, ou como se a variabilidade que existe nelas fosse marginal, acidental ou sem importância.” (James Milroy, Lesley Milroy, 1997: 47, traduzido do original em inglês)
- ¹⁹ A centralidade do estudo da variação fez com que o arcabouço teórico do programa de pesquisa da Sociolinguística laboviana passasse a ser conhecido também como teoria da variação linguística, e o próprio programa também fosse denominado paradigma variacionista (Milroy; Milroy, 1997).
- ²⁰ Um exemplo cabal da força da indústria cultural e da comunicação de massa é o fato de haver aparelho de televisão em praticamente todos os lares brasileiros, mesmo naqueles em que faltam os meios básicos para garantir a subsistência.